

TESE PARA O 6º CONGRESSO DOS/AS METROVIÁRIOS/AS DE MG

AVANÇAR NA UNIDADE, NA ORGANIZAÇÃO DE BASE E NA LUTA

Saudações a todos e todas, delegados/as ao 6º Congresso do SindimetroMG. Este congresso está ocorrendo em um momento importante da situação política de nosso país e em especial de nossa categoria metroviária. Nós que fazemos parte da diretoria do sindicato, bem como integramos a base de nossa categoria, apresentamos aqui algumas contribuições para o nosso congresso, no sentido de fortalecer o nosso sindicato e nossas lutas para o próximo período.

Queremos dedicar essa tese a todos os companheiros que perderam a vida durante a pandemia, em especial ao camarada Charles, diretor do sindicato, que teve a vida ceifada por essa doença enquanto cumpria o seu dever de garantir um transporte seguro para toda população.

Companheiro Charles, presente!

Conjuntura Nacional

Unidade na luta pelo Fora Bolsonaro!

A combinação de múltiplas crises é a marca central da situação política brasileira. Seja do ponto de vista sanitário, econômico, social, ambiental ou político, nada parece estar em seu lugar. A presença de um governo de matiz neofascista impõe que a tarefa mais importante dos movimentos da classe trabalhadora brasileira é derrotar Bolsonaro e interromper seu governo de morte.

A pandemia do coronavírus intensificou todos os traços críticos presentes, impondo os maiores sofrimentos para a maioria do povo. A política de Bolsonaro, corretamente apontada como um genocídio pelos movimentos sociais, é a responsável direta pelas mais de 610 mil mortes que desgraçadamente contabilizamos. Se isso já não fosse o bastante, o negacionismo, ao ganhar status de linha oficial do governo, expôs o país ainda mais aos efeitos sociais e econômicos da emergência sanitária. Os crimes revelados no contexto da CPI da Covid mostraram a face mais sórdida do projeto bolsonarista.

O que já seria ruim tornou-se trágico. Os altos índices de desemprego, desalento e informalidade atestam a estagnação da economia brasileira, cada vez mais dependente e suscetível às flutuações do mercado externo. Diante do projeto de terra arrasada e desmonte de Paulo Guedes, não há qualquer indício plausível de recuperação à vista. A escalada da fome e da insegurança alimentar é a outra face visível dos lucros dos bancos, especuladores estrangeiros e dos novos bilionários brasileiros.

Do ponto de vista da classe trabalhadora, assistimos neste ano a uma importante retomada das mobilizações sociais, com 7 grandes atos de escala nacional sob a bandeira de “Fora Bolsonaro”, além de número expressiva de lutas específicas em âmbito sindical, popular ou por direitos aos setores

oprimidos da população. As pesquisas de opinião, por sua vez, indicam uma tendência de enfraquecimento e queda da popularidade do governo.

Por outro lado, é preciso ter em mente que Bolsonaro não está derrotado. Seu governo conserva uma base de apoio que, ainda que minoritária, demonstra-se disposta a se mobilizar em defesa do líder neofascista. As manifestações golpistas realizadas no último 7 de setembro deram mais uma prova daquilo que Bolsonaro nunca escondeu: ainda que tenha ascendido ao poder por via das eleições, seu projeto estratégico é um golpe que imponha um regime político de ditadura no Brasil.

Assim, nosso país parece estar em um ponto de impasse: o governo se enfraquece, mas não ao ponto do isolamento total; nem Bolsonaro pode, até aqui, dar um golpe, nem o movimento da classe trabalhadora é forte o bastante para o derrubá-lo. Nesse ambiente, os setores políticos burgueses, mesmo os que fazem oposição ao governo, se recusam a passar decididamente à posição a favor de um impeachment, prevalecendo o trabalho de blindagem parlamentar desempenhado pelo Centrão.

O governo segue adotando uma tática política de “morde e assopra”: ataca abertamente as instituições para depois recuar e negociar melhores condições para o próximo ataque. Desses episódios, também é preciso concluir que somente o movimento da classe trabalhadora pode colocar a possibilidade de derrota desse governo, pois as respostas das instituições de todos os poderes são sempre insuficientes e com meias palavras. As evidências de crime de responsabilidade são mais que notórias, deixando demonstrado que as principais lideranças do regime político brasileiro não darão andamento a um processo de impeachment sem que sejam provocadas pela pressão popular.

Por tudo isso, deve prevalecer nos movimentos sociais brasileiros a compreensão de que o perigo de Bolsonaro não pode ser subestimado. É preciso derrotar esse governo porque ele custa diretamente vidas de nosso povo. E, para o fazer, precisaremos da maior unidade possível da classe trabalhadora, unificando todas as lutas em um mesmo combate para derrotar Bolsonaro e os neofascistas. O momento é grave e, por isso, a divisão e o sectarismo não podem prevalecer. Nesse sentido, precisamos fortalecer a Campanha Nacional Fora Bolsonaro, que reúne as principais organizações políticas, sindicais e populares da classe trabalhadora brasileira para articular ações comuns e a defesa de bandeiras de interesse do nosso povo.

Enquanto Bolsonaro fica, avança a agenda ultraneoliberal
Digamos não às privatizações

Bancários, eletricitários, petroleiros, trabalhadores dos Correios, juntamente com a nossa categoria, teve que trabalhar durante toda a pandemia da Covid-19 e cumprir um papel fundamental para a sociedade. Agora o governo Bolsonaro tenta atacar ainda mais os direitos dos trabalhadores. A lista de ataques é tão grande, que não cabe em um único texto. Tudo isso para conseguir

facilitar as privatizações, atender aos interesses do grande capital e entregar empresas estratégicas a preço de banana para o capital privado.

Com a aprovação do PLN 15/2021, o governo federal vai gastar 2,8 BI para a cisão da CBTU de Minas Gerais, preparando-a para a privatização. Ou seja, vamos pagar para entregar uma empresa estatal para a iniciativa privada. A aprovação desse PLN, a toque de caixa, foi de fato uma derrota para o conjunto da categoria e para a sociedade de um modo geral, ele dá um passo jamais dado por nenhum governo anterior na privatização da STU-BH. Não é à toa que quando escrevemos essas linhas estava prevista para o di 19 de novembro a assembléia acionaria para cisão da CBTU.

O governo nesse momento se sente muito a vontade para fazer o que bem quiser, inclusive o governo do estado já lançou uma consulta pública, sobre o modelo de concessão, tal consulta é uma farsa autoritária com roupagem democrática, ela permite levantar questionamentos sobre tudo, menos sobre a privatização. O que o governo do estado deveria fazer de verdade era um plebiscito sobre a privatização, mas isso ele não vai fazer, primeiro por que todas as pesquisas feitas até hoje demonstram que a maioria da população é contra a venda das estatais, segundo que é um governo alinhado com o federal, tão autoritário quanto.

Por mais que tenhamos uma leitura correta dessa derrota, não significa que acabou, o governo ainda não privatizou, ou seja, ele ainda não é 100% vitorioso, devemos levantar a cabeça e organizar a luta, pois ainda podemos virar o jogo. Iniciativas importantes como a construção da Frente Parlamentar em defesa do transporte público sobre trilhos e as ações judiciais são armas que devemos saber usar nesse momento.

A frente parlamentar e a justiça podem ser ações a integramos em nossa luta, mas elas sozinhas não vão nos levar a vitória, pois, diga-se de passagem, é o terreno do nosso inimigo, elas só serão vitoriosas se estiverem subordinadas a luta da categoria, mais importante que a ajuizar ações e apostarmos na nossa unidade e capacidade de mobilização.

Não podemos cair no erro de achar que somos auto-suficientes nessa luta, como já vimos, por mais que esteja enfraquecido, o governo continua passando seus ataques, ou por meio de decretos ou por leis no congresso nacional. Isso nos coloca com duas necessidades imperiosas, a primeira de buscar a unidade com todos os trabalhadores das estatais em luta, e a segunda de fazer um trabalho de disputa ideológica com a população, só assim derrotaremos esse governo, as privatizações e garantiremos nossos empregos.

Por isso propomos:

1. uma ampla campanha contra as privatizações, com panfletagens regulares nas estações, assembleias setORIZADAS, vídeos nas redes sociais e etc.;
2. a criação de um comitê popular pela mobilidade urbana, com organizações dos movimentos sociais, sindical, estudantil etc.
- 3 um plebiscito popular sobre a privatização.

Pela ampliação do metrô, 100% estatal, para melhorar a mobilidade urbana e combater a crise climática

É urgente apresentar uma saída para a crescente crise climática, não queremos aqui entrar em todos os aspectos, mas entraremos naquele que mais está próximo da nossa realidade: a emissão de gases poluentes no trânsito.

Todos temos acordo que o metrô é um importante serviço de mobilidade urbana, o qual garante à população o acesso ao trabalho, ao lazer e aos serviços que não encontra próximos aos seus locais de moradia. Além do mesmo funcionar por fora dos engarrafamentos das vias públicas, com rapidez e segurança e com 0% (zero) de emissão de gases poluentes, pois é elétrico. Isso por si só já é um enorme argumento para a defesa da ampliação do metrô. Mas somos sabedores que a sua ampliação se choca com os interesses dos empresários do transporte e da indústria automobilística. E são esses setores que comandam a política, financiando uma parcela considerável de políticos. Por isso não há interesse na expansão do metrô em nossa cidade e no estado.

Em outro sentido, os carros particulares são responsáveis por 80% da emissão de gases de efeito estufa, somados aos caminhões e ônibus, temos uma situação insustentável em termos de poluentes na atmosfera e aprofundando o colapso climático.

Consideramos que é o momento de se enfrentar o real problema, combater a atual política de mobilidade individual e apostar numa mobilidade de massas e coletiva, por meio da ampliação do metrô, pois este é uma das mais importantes armas para diminuir drasticamente a emissão de gases no trânsito, acabar com os engarrafamentos, acidentes e garantir uma melhor qualidade de vida para a população. Nesse sentido propomos:

1. Ampliação das linhas do metrô para maior atendimento da população;
2. redução do valor das passagens, como forma de desincentivar o uso de carros particulares;
3. que a nossa categoria participe de iniciativas globais como o dia mundial sem carro;
4. lutar junto aos movimentos sociais por um plano popular de mobilidade urbana.

As lutas passam pela organização na base!

A importância do/a delegado/a sindical

O 6º Congresso dos Metroviários de Minas Gerais tem uma tarefa histórica de consolidar a sua concepção de sindicato democrático e de luta, aprofundando em sua organização por local de trabalho (OLT) critérios para a existência do/a delegado/a sindical.

O SindimetroMG não tem em seu estatuto a regulamentação do/a delegado/a sindical, apesar de citá-lo. Em uma pesquisa que realizamos nos estatutos de outros sindicatos de metroviários do país, SP, PE e RS, identificamos uma forte organização da categoria junto aos seus respectivos

sindicatos por meio de seus delegados sindicais, todas e todos eleitos pela base. Acreditamos que para este 6º congresso dos metroviários mineiros faz-se importante definir a regulamentação dessa figura, a do/a delegado/a sindical, para fins de fortalecimento de nosso sindicato e de nossas lutas.

O/a Delegado/a Sindical é o representante direto da categoria em seu local de trabalho. Ele/a é fundamental na organização da luta e na mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras. Se constitui enquanto o primeiro elo entre a categoria e o Sindicato, sendo eleito por seus próprios pares para representa-los mediante variadas demandas: questões trabalhistas, problemas ligados a assédios, discriminação e opressão, dentre outros. Em suma, é a ponte que leva a opinião dos trabalhadores e trabalhadoras ao Sindicato e vice-versa. Os/as delegados/as sindicais se constituem também enquanto celeiro de formação de novos quadros de dirigentes sindicais da categoria, possibilitando assim a renovação.

Para se instituir o/a delegado/a sindical em nosso estatuto faz-se necessário estabelecer: a proporção de delegados/as na relação numérica da categoria em suas respectivas áreas de trabalho e geográfica; estabelecer as competências; o período de eleição; e a instância à qual estarão organizados/as.

Propostas de resoluções sobre a regulamentação dos/as delegados/as sindicais

1. Em seu art. 10, “Constituem o Sistema Diretivo do Sindicato os seguintes órgãos”, incluir
 - a. Conselho de Delegados/as Sindicais
 - b. O Conselho de Delegados/as Sindicais é a instância que reúne os/as delegados/as sindicais, devidamente eleitos/as pelos seus pares, coordenado pela Diretoria Executiva e/ou Diretoria de Base. Reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, ou extraordinariamente quando necessário, convocados pela Diretoria Executiva e/ou Diretoria de Base, ou por $\frac{3}{4}$ de seus membros.
2. A proporção de delegados/as sindicais deverá ser de 1 para cada 50 trabalhadores no local de trabalho, divididos nas áreas de trabalho distribuídas por meio de mapa de distribuição de áreas. Sendo um efetivo e um suplente.
3. Sobre as eleições dos/as delegados/as sindicais. O processo eleitoral se realizará até um mês após a eleição da Diretoria do Sindimetromg. Por meio de ampla divulgação na base. Serão eleitos/as os mais votados para o cargo efetivo e suplência.
4. Constituem competências dos/as delegados/as sindicais:
 - Atuar como elo entre a entidade sindical e os/as trabalhadores/as da empresa;
 - Debater com os colegas e encaminhar as reivindicações específicas dos locais de trabalho junto ao sindicato;

- Organizar as campanhas do movimento sindical;
- Fiscalizar se os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras estão sendo cumpridos e respeitados;
- Comparecer a todas às reuniões marcadas pelo sindicato. Aquele delegado Sindical que faltar a 3 (três) reuniões estará destituído, porém com direito a recursos junto à Coordenação;
- Fiscalizar e fazer cumprir acordos salariais;
- Deverá se submeter às instâncias da categoria metroviária;
- Comparecer e levar seus colegas a todos os eventos do sindicato;
- Realizar sindicalização no local de trabalho;
- Distribuir, no local de trabalho, as publicações da entidade sindical.

Políticas permanentes

O sindicato enquanto uma ferramenta no combate às opressões.

Sabemos que o projeto de Bolsonaro e das classes dominantes visa a rebaixar as condições de vida e de direitos assegurados para o conjunto do povo trabalhador. É preciso, em todo caso, termos consciência de que os setores oprimidos de nossa classe são os primeiros a sentir em suas vidas o peso do desemprego e da carestia. Pesa sob as mulheres, negros e negras e LGBTQIA+ o peso da precarização, assim como a artilharia pesada do conservadorismo e dos discursos de ódio.

Felizmente, assistimos a uma forte reação e tomada de consciência desses segmentos de nossa classe, o que se traduz no crescimento da organização de lutas feministas, antirracistas e LGBTQIA+. No Brasil, e mesmo em nível internacional, a resistência nas ruas tem tido esses movimentos como protagonistas na luta social e nos embates ideológicos contra a extrema-direita e o bolsonarismo.

Queremos unir toda a classe trabalhadora contra Bolsonaro e a burguesia. Mas seria utópico acreditar que é possível o fazer sem tomar em conta que a própria classe trabalhadora não é homogênea. E que as reivindicações e bandeiras que surgem das lutas contra as opressões são, além de justas em si, aspectos fundamentais para a construção de um projeto do povo explorado contra as elites econômicas. Mais que solidariedade, é tempo de compreender a fundo que mesmo a nossa categoria metroviária é composta por uma diversidade e que é justamente aí onde mora a sua força.

Em primeiro lugar, nosso movimento e nosso sindicato precisam articular cada vez mais as lutas por nossas questões econômicas com a luta de toda a nossa classe trabalhadora. Entendemos que isso só é possível em todo o seu potencial se tomarmos em conta todos os dias as particularidades do que é ser um metroviário e uma metroviária, negros e negras e das mais distintas orientações sexuais.

Em segundo lugar, é preciso reconhecer que o movimento sindical, e não apenas nosso sindicato, muitas vezes não é o ambiente mais acolhedor e

receptivo a formação de lideranças entre os setores de nossas bases que sofrem cotidianamente com os obstáculos impostos pelas opressões (seja a responsabilidade quase exclusiva com os cuidados domésticos e filhos, seja as violências sofridas dentro e fora de casa). Não é raro que as direções sindicais não reflitam proporcionalmente a presença dessas pessoas em suas bases. Esse não é um debate moral ou sobre pessoas especificamente. Na realidade, trata-se de uma postura crítica a uma estrutura social perversa que se vale do machismo, do racismo e da LGBTfobia para dividir e derrotar nossa classe.

Nesse sentido, defendemos que nosso sindicato acolha as bandeiras específicas das mulheres metroviárias, da negritude metroviárias e também de nossos companheiros e companheiras LGBTQIA+ como parte de nossa luta comum por vitórias. E para melhor buscar esse objetivo, acreditamos que devemos abrir um debate paciente e fraterno sobre a adoção de cotas em nossas instâncias de direção, a começar pelas mulheres de nossa categoria. Essa discussão envolve estimular a presença e a formação de lideranças metroviárias que reflitam a luta contra toda forma de opressão no movimento de nossa categoria. Juntos na luta, com toda a nossa diversidade, é que somos mais fortes.

Assinam essa tese:

Pablo Henrique – Diretor do SindimetroMG

Iza Lourença – Diretora do SindimetroMG e Vereadora PSOL/BH